



INTERDISCIPLINARIDADE NA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM OLHAR DO DIREITO E DA PSICOLOGIA NA (RE)SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Régia Aparecida Lawrenz Padilha (Voluntário), Camila Rama e Daniele Weber Leal, Jones Mariel Kehl, Tatiana Martins do Amaral (Orientador(a))

Interdisciplinaridade na Justiça Restaurativa: um olhar do Direito e da Psicologia na (re)solução de conflitos Camila Rama Régia Lawrenz Este projeto multidisciplinar, entre Direito e Psicologia, tem por objetivo compreender questões atrelados aos comportamentos humanos no contexto da Justiça Restaurativa. A inserção do psicólogo na área da Psicologia Jurídica ainda é muito recente, sendo reconhecida no Brasil a partir de 1960, cuja trabalho multidisciplinar, lento e gradual, deu-se principalmente por meio de trabalhos voluntários, tendo sido oficializado a partir da promulgação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). Para tanto, é curial que os profissionais das distintas áreas compreendam que a Justiça Restaurativa surge como uma técnica criativa para trabalhar as questões de solução de conflitos e/ou de violência, proporcionando um espaço terapêutico em que o conflito pode ser vislumbrado de um ângulo privilegiado, por meio da escuta qualificada das partes, no qual ambos – agressor e vítima – podem expressar seus sentimentos, possibilitando o resgate das relações perdidas, minorando a ocorrência da reincidência, bem como permitindo o seu (re)encontro em sociedade. Pode-se inferir que a intervenção restaurativa possibilita uma reflexão sobre as partes, sobejando as questões de fundo, permitindo, com a sensibilidade necessária, a restauração do equilíbrio social em detrimento da justiça punitiva e repressiva, beneficiando a todos enquanto sociedade. Demais, a Justiça Restaurativa, promovendo soluções justas, coerentes e aceitáveis, permite o trâmite mais célere d’outros processos criminais. Assim, enquanto método de abordagem, utilizar-se-á o dedutivo, permitindo uma particularização das análises no contexto do Vale do Paranhana; ao passo que os métodos de procedimento adotados será o monográfico, com utilização de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, com visitas a Delegacias de Polícia e Fóruns da Região, a fim de permitir uma análise mais acurada a respeito da implementação ou intensificação da Justiça Restaurativa para com isso, diminuir a morosidade dos infundáveis processos criminais e, sobretudo, fazer sobejar uma solução mais consentânea às necessidades para o conflito posto em liça.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa, Mediação de Conflitos, Interdisciplinaridade

Apoio: Sem financiamento